

# Ligação com a milícia e Bolsonaro

# Ministério Público do

# Rio: de onde vem o

# dinheiro de Queiroz?

Reprodução - Globo Play



“Não vejo rumo nesse governo. Não é presidente, é uma família presidencial”

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) afirmou, em entrevista a Roberto D’Ávila, da Globo News, que o país está sem rumo. “Eu não vejo rumo neste governo”, observou FHC. “Quando se assume a Presidência é o presidente que senta na cadeira não pode ser a família inteira. Isso não é uma poltrona”, disse FHC. **P. 3**



## Quem paga a despesa do motorista e assessor de Flávio Bolsonaro?

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) quer saber de onde vem o dinheiro da movimentação milionária detectada pelo Conselho de Controle e Acompanhamento Financeiro (Coaf) na conta de Fabrício Queiroz,

ex-assessor e ex-motorista de Flávio Bolsonaro (PSL) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O MP-RJ já enviou ofícios com pedido de informações para lugares onde, comprovadamente, Fabrício Queiroz efetuou despesas. A pergunta do MP é “quem pagou” por elas? **Página 3**

# Desemprego se agrava. Nenhum setor contratou no 1º trimestre

Fernanda Rouvenat - G1



Alunos do Colégio Pedro II, do Cefet, do Colégio Aplicação da UFRJ e do IFRJ protestaram contra o corte de verbas no local onde Bolsonaro estava, no Rio

A taxa de desocupação no país subiu de 11,6% para 12,7% nos três primeiros meses deste ano, segundo o IBGE. São 13,4 milhões de brasileiros, homens, mulheres e jovens que amargam a tragédia do desemprego, que cresceu 10,2% com Bolsonaro/Guedes. Mais 1,2 milhão de pessoas ficaram sem emprego na comparação com o trimestre encerrado em dezembro de 2018. Nenhum setor contra-

tou, tanto no emprego formal como no informal. O total de subempregados aumentou no país e atingiu o recorde de 28,3 milhões de pessoas. O número de pessoas desalentadas – que desistiram de procurar emprego – chegou a 4,8 milhões no primeiro trimestre deste ano, o maior contingente da série histórica: mais 3,9% (180 mil pessoas) em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2018. **Página 2**

## Alunos do Pedro II e Institutos contra o corte das verbas

Na manhã desta segunda-feira (06), ao menos mil estudantes, pais e professores dos Colégio Pedro II, do Cefet, IFRJ e do Colégio de Aplicação da UFRJ protestaram contra os cortes da verba de custeio execu-

tados pelo governo Bolsonaro nas instituições federais de ensino. O protesto ocupou a frente do Colégio Militar, na Tijuca, Zona Norte do Rio, onde Bolsonaro participava de uma cerimônia. **Página 4**

## Verba: Reitores de 40 universidades criticam bloqueio

Reitores de 40 universidades federais de todo país já se manifestaram contra o ataque de Bolsonaro à Educação, ao pensamento crítico e ao conhecimento.

Na Federal da Bahia, os estudantes saíram em passeata contra o corte de ao menos 30% nas verbas, que inviabiliza as instituições. **Página 4**

## 1º de Maio: Trabalhadores convocam greve geral contra a “reforma” da Previdência

A convocação de uma Greve Geral contra a reforma da Previdência foi a palavra de ordem do ato unificado das centrais sindicais no 1º de Maio no Vale do Anhangabaú, em SP. Milhares de trabalhadores atenderam ao chamado das entidades em

repúdio à reforma de Bolsonaro que quer acabar com o direito do povo brasileiro à aposentadoria. O ato contou com a presença de todas as centrais (Força Sindical, CTB, CUT, CGTB, CSP-Conlutas, CSB, Intersindical, Nova Central, UGT). **Pág. 5**



Reprodução

## BC reduz de forma drástica a previsão do crescimento

O boletim Focus do Banco Central divulgado na segunda-feira (6) apresentou a décima queda consecutiva na previsão para o crescimento da economia este ano: uma derrubada drástica de 1,70% para 1,49% de uma semana para a outra. Nas nove quedas anteriores, a variação havia sido bem menor, até de centésimos.

Segundo o IBGE, nos três primeiros meses desse ano, a produção industrial caiu -2,2% e o desemprego aumentou para 13,4 milhões de brasileiros, entre outros dados negativos. **Página 2**

# Israel mata 31 civis após provocação do Hamas

Pág. 6



Focus derruba projeção de crescimento do PIB de 1,70% para 1,49%

O boletim Focus do Banco Central desta segunda-feira (06) apresentou a **décima queda consecutiva** na expectativa para crescimento da economia este ano – uma derrubada drástica de 1,70% para 1,49% de uma semana para a outra.

A variação se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

As sucessivas reduções da expectativa de crescimento são desdobramentos de uma política econômica de ajuste que tem mantido o consumo, a indústria, o comércio e os serviços no limbo.

Os dados da produção industrial física brasileira de março, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na sexta-feira (03), revelaram um cenário de arrasto da economia. A queda sobre fevereiro foi de -1,3%, enquanto que na comparação com março do ano passado, o setor desabou -6,1%.

No acumulado do ano, de janeiro a março, frente ao mesmo período de 2018, a produção industrial recuou -2,2%.

A tragédia se completa com os dados do desemprego: segundo o IBGE, mais 1,2 milhões de pessoas ficaram sem emprego no primeiro trimestre deste ano, em relação ao último trimestre de 2018. No total, o Brasil tem 13,4 milhões de brasileiros na fila dos desempregados.

Ou seja, com Bolsonaro, a economia continua no fundo do poço.

Governo prepara mais arrocho e privatizações

O ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, promete crédito para estados se os governadores arrocharem os serviços públicos durante seus mandados. Segundo o “Plano Mansueto”, em referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, o programa promete aos estados crédito de R\$ 40 bilhões em 4 anos, em troca do corte nas despesas públicas, congelamento dos salários dos servidores e privatização das estatais.

Sem apresentar nenhuma medida política concreta para a economia brasileira sair do atoleiro em que entrou em 2014, Bolsonaro usa de forma mais acentuada o mesmo receituário dos ocupantes anteriores da cadeira presidencial, de redução do Estado Brasileiro para enriquecer ainda mais o setor financeiro. Entre 2003 e 2015 os governos do PT transferiram – ou forçaram a transferência, no caso de Estados e municípios – de R\$ 2,8 trilhões em dinheiro público, para o setor financeiro, a título de juros. Temer, que ficou de 2016 até o final do ano passado ocupando a cadeira, seguiu no mesmo caminho.

Entretanto, Bolsonaro pretende agravar ainda mais a crise nos estados, municípios e na economia do país, ao propor a redução considerável do valor

das aposentadorias e pensões, e dificultar o acesso para estes benefícios, através da reforma da Previdência.

Se aprovada a reforma de Bolsonaro pelo Congresso Nacional, municípios – e consequentemente os estados – perderão receitas previdenciárias, uma vez que os aposentados gastam seus proventos no varejo, em serviços e etc. Como afirma o economista Eduardo Moreira, “em 2010, 3.875 municípios tinham nos benefícios previdenciários, pagos pelo RGPS a seus habitantes, uma receita maior do que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como 84% da “economia” prevista pelo governo é em cima do RGPS, Abono e BPC, estes municípios terão suas economias afetadas diretamente e severamente pela reforma”.

O projeto de crédito de Bolsonaro não prevê a transferência direta de recursos do Palácio do Planalto para os estados, mas sim a liberação para os governadores capitem empréstimos no mercado financeiro. Pela proposta, a União seria uma espécie de fiador que honraria a dívida no caso de estados não arcarem com o compromisso. Leia mais no site da Hora do Povo: <https://horadopovo.org.br/governo-prepara-mais-arrocho-e-privatizacoes-e-chama-de-socorro-aos-estados/>

Desemprego explode no país e atinge 13,4 milhões em março



Reprodução Terra Potiguar

Segundo o IBGE, 28,3 milhões de brasileiros estão no subemprego

Produção industrial desaba 6,1% em março

A produção industrial física brasileira caiu -1,3% em março na comparação com fevereiro deste ano, na série com ajuste sazonal, segundo divulgou o IBGE, nesta sexta-feira (3). Na comparação com março do ano passado, a produção do setor desabou -6,1%, o pior resultado desde maio de 2018 (-6,3%).

O acumulado nos últimos doze meses (-0,1%) apontou o primeiro resultado negativo desde agosto de 2017 e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em julho de 2018 (3,3%), diz o IBGE.

No acumulado do ano, de janeiro a março, frente ao mesmo período de 2018, a produção industrial recuou -2,2%. Queda é generalizada, atingindo todas as quatro grandes categorias econômicas, 21 dos 26 ramos, 55 dos 79 grupos e 56,9% dos 805 produtos pesquisados.

Na comparação com março de 2018, o setor industrial recuou -6,1%, com resultados negativos nas quatro grandes categorias econômicas: Bens de capital (-11,5%); Bens de Consumo Duráveis (-15,8%) e Bens de Consumo Semi e não-duráveis (-5,2%) e Bens intermediários (-4,4%). O recuo atingiu 22 dos 26 ramos, 60 dos 79 grupos e 63,7% dos 805 produtos pesquisados pelo IBGE.

Na comparação com fevereiro, a produção da indústria brasileira caiu em três das quatro grandes categorias econômica e em 16 dos 26 ramos pesquisados.

O acumulado nos últimos doze meses (-0,1%) apontou o primeiro resultado negativo desde agosto de 2017 e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em julho de 2018 (3,3%).

Entre as atividades, a principal influência negativa em março em relação a fevereiro, destacou o IBGE, foi em produtos alimentícios, (-4,9%), que eliminou parte da expansão de 13,8%, acumulada no período novembro de 2018 a fevereiro de 2019.

O resultado é um alerta de como a população, que enfrenta o desemprego recorde e o arrocho na renda, não está conseguindo nem comprar alimentos.

Sem o fortalecimento do mercado interno, com a valorização do trabalhador e da indústria nacional, o resultado é a queda no consumo, na produção, nas vendas e nos serviços, verificados nesses primeiros meses do desgoverno Bolsonaro.

*Destacamos, a seguir, trechos do documento divulgado pelo IBGE:*

Na comparação com março de 2018, o setor industrial recuou 6,1%, com resultados negativos nas quatro grandes categorias econômicas, 22 dos 26 ramos, 60 dos 79 grupos e 63,7% dos 805 produtos pesquisados. Vale citar que março de 2019 (19 dias) teve dois dias úteis a menos do que março de 2018 (21).

Entre as atividades, indústrias extrativas (-14,0%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-13,3%) exerceram as maiores influências negativas. Outras contribuições negativas relevantes foram: produtos alimentícios (-5,0%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-23,7%), máquinas e equipamentos (-7,8%), outros equipamentos de transporte (-22,1%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-11,8%), produtos de borracha e de

material plástico (-6,7%), impressão e reprodução de gravações (-30,9%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-7,7%), perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-11,8%), de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-9,5%) e de móveis (-11,6%).

Ainda no confronto com igual mês do ano anterior, bens de consumo duráveis (-15,8%) e bens de capital (-11,5%) assinalaram os recuos mais acentuados entre as grandes categorias econômicas. Bens de consumo semi e não-duráveis (-5,2%) e bens intermediários (-4,4%) também apontaram taxas negativas, mas menos elevadas do que a média nacional (-6,1%).

No ano, queda é de 2,2%

No índice acumulado para janeiro-março de 2019, frente a igual período do ano anterior, a indústria recuou 2,2%, com resultados negativos nas quatro grandes categorias econômicas, 21 dos 26 ramos, 55 dos 79 grupos e 56,9% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as atividades, indústrias extrativas (-7,5%) exerceu a maior influência negativa. Vale destacar também os ramos: equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-13,0%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-10,6%), máquinas e equipamentos (-4,6%), produtos alimentícios (-1,4%), outros equipamentos de transporte (-10,5%), produtos de borracha e de material plástico (-3,4%), metalurgia (-1,8%), produtos de madeira (-7,9%) e celulose, papel e produtos de papel (-2,7%).

Mais 1,2 milhão de pessoas ficaram sem emprego no primeiro trimestre deste ano

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 1,2 milhão de pessoas ficaram sem emprego no trimestre encerrado em março, na comparação com o último trimestre do ano passado. São 13,4 milhões de brasileiros, homens, mulheres e jovens que amargam a tragédia do desemprego, que cresceu 10,2% com Bolsonaro/Guedes.

A taxa de desemprego no país subiu de 11,6% para 12,7%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta terça-feira (30) pelo IBGE.

As principais quedas no emprego por agrupamento de atividades, no primeiro trimestre em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2018, foram no setor da Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com menos 332 mil pessoas, seguido por Construção (-228 mil), Indústria Geral (-110 mil), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-195 mil), Serviços Domésticos (-112 mil), Outros Serviços (-93 mil). Demais setores pesquisados, ficaram “estáveis”, diz a pesquisa.

Segundo dados do IBGE, houve queda tanto no emprego formal como no informal. Somando os trabalhadores dos setores público e privado, houve uma redução de -771 mil no número de empregados no trimestre.

Com a economia no fundo do poço, o setor privado demitiu 24 mil trabalhadores com carteira assinada. Entre os trabalhadores sem carteira assinada (11,1 milhões) houve queda de -3,2% em relação ao trimestre anterior: 365 mil trabalhadores foram demitidos, fruto da reforma trabalhista de Temer que precarizou as relações de trabalho.

“O mercado jogou 1,2 milhão de pessoas na desocupação e a carteira de trabalho não teve recuperação. Os trabalhadores sem carteira que tinham sido contratados como temporários para vendas, como na Black Friday e no Natal, ou que trabalharam nas

eleições, saíram do emprego no início do ano. Como esses postos de trabalho pagam menos, a média de rendimentos do setor aumentou sem que houvesse um ganho real nos rendimentos dos trabalhadores”, analisa Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

O número de trabalhadores domésticos caiu -2,4% e chegou a 6,1 milhões de pessoas em relação ao trimestre anterior. O setor público (inclusive servidores estatutários e militares), estimado em 11,4 milhões de pessoas, apresentou queda de -2,0% frente ao trimestre anterior.

28,3 MILHÕES NO SUBEMPREGO

Segundo o IBGE, a taxa de subutilização da força de trabalho foi de 25%, a maior desde 2012, atingindo o número recorde de 28,3 milhões de pessoas entre desempregados, os subocupados com menos de 40 horas semanais e os que estão disponíveis para trabalhar, mas não conseguem procurar emprego por motivos diversos. São mais de 1,5 milhão de pessoas que passaram a ser subutilizadas, uma alta de 5,6% frente ao trimestre encerrado em dezembro de 2018.

DESALENTO CRESCE

O número de pessoas desalentadas – que desistiram de procurar emprego – chegou a 4,8 milhões no primeiro trimestre deste ano, o maior contingente da série histórica: mais 3,9% (180 mil pessoas) em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2018, quando havia 27,5 milhões no subemprego, fazendo bico, se virando para sobreviver e cuidar dos seus familiares.

A população ocupada (91,9 milhões) caiu 0,9% (menos 873 mil de pessoas) em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2018.

A população fora da força de trabalho ficou em 65,3 milhões no primeiro trimestre deste contra 65,1 milhões na mesma comparação.

A força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) foi estimada em 105,3 milhões de pessoas.

CNI: indústria brasileira segue no fundo do poço

O faturamento real da indústria brasileira caiu -6,3% em março de 2019 na comparação com o mês anterior, após os ajustes sazonais (exclusão de variações climáticas, férias, feriados, entre outros), divulgou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta quinta-feira (2).

Em 2019, o faturamento recuou – 2,7% em janeiro e registrou apenas 0,1% em fevereiro. Assim, o faturamento real da indústria cai -11,3% na comparação com março de 2018.

Para a CNI, “a pesquisa Indicadores Industriais de março de 2019 mostra que a indústria segue com dificuldades”.

Ainda que certos setores tentem responsabilizar a greve dos caminhoneiros no ano passado pela queda na atividade da indústria, os dados da CNI só confirmam o agravamento da crise. Com o aumento do desemprego, do arrocho na renda e os juros altos, as vendas e a produção caem e as empresas estão com dificuldades de investir. E não há qualquer sinalização por parte do atual governo de implementar uma política nacional de desenvolvimento, com investimentos públicos e fortalecimento do mercado interno.

“Três problemas impedem a recuperação da indústria. Um é a falta de demanda. O outro é o excesso de estoques, que elevam os custos das empresas, e, finalmente há a questão financeira. As empresas continuam com a situação

financeira debilitada, o que adia as decisões sobre a produção e o emprego”, afirmou o economista da CNI Marcelo Azevedo.

No caso do faturamento, diz a CNI, as quedas vêm sendo significativamente mais intensas: o faturamento caiu 4,1% entre o último trimestre de 2018 e o primeiro de 2019 (série dessazonalizada).

No mês de março, a CNI registrou 0,0% na geração de empregos no mais importante setor da economia em março (0,0%) em relação a fevereiro.

“Com o resultado de março, é a sétima vez nos últimos 12 meses que o emprego não se altera na comparação mensal. O emprego encontra-se apenas 0,1% acima do registrado em março de 2018 e, na comparação entre os primeiros trimestres de 2019 e 2018, não há alteração”, diz a CNI.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) recuou de 77,4% em fevereiro para 76,5% em março, na série livre de efeitos sazonais. A UCI mostra a porcentagem do parque industrial que está trabalhando.

As horas trabalhadas na produção caíram 1,5% em março na comparação com fevereiro, descontada a sazonalidade. Na comparação com março de 2018, registra-se queda de 1,6%.

A massa salarial no mês, na série dessazonalizada, após acumular queda de 3,6% nos dois primeiros meses do ano, também registrou (0,0%). Em comparação com março do ano passado o tombo foi de 2,7%.

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@uol.com.br](mailto:inc24agosto@uol.com.br)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Itaú, Bradesco e Santander lucram juntos R\$ 16,6 bilhões no 1º trimestre

O Itaú Unibanco divulgou na quinta-feira (2) um lucro líquido de R\$ 6,877 bilhões no primeiro trimestre deste ano, um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Somado ao lucro obtido pelo Bradesco (R\$ 6,238 bilhões) e pelo espanhol Santander (R\$ 3,415 bilhões), que cresceram 22,3% e 21,1%, respectivamente, os três maiores bancos privados no Brasil totalizaram um lucro líquido de 16,530 bilhões no primeiro trimestre, um aumento de 15,43% em relação ao primeiro trimestre de 2018.

Nada menos do que aproximadamente 120 prêmios de R\$ 140 milhões que a Mega Sena vai sor-

tear neste sábado (5).

O retorno sobre o patrimônio líquido do Itaú foi de 23,6%. No mesmo patamar, a rentabilidade do Santander foi de 21% e a do Bradesco 20,5%.

De olho nos recursos da Previdência, o presidente do Itaú, Candido Bracher, reclamou que o lucro do banco foi menor do que esperava: “A economia teve um início de ano com desempenho mais modesto do que as expectativas apontavam, refletindo, em parte, a incerteza sobre a trajetória fiscal do País. Seguimos confiantes na retomada do crescimento sustentável, para a qual é imprescindível a reforma da Previdência”.

Ao contrário do “modes-

to” crescimento no lucro dos bancos, a produção industrial caiu 6,1% em março, na comparação com março do ano passado, e acumula queda de 2,2% no mesmo período em que os três bancos lucraram mais 15,43%. O desemprego explodiu de janeiro a março deste ano, totalizando 13,4 milhões de trabalhadores em março, e a inadimplência cresceu em março: 63 milhões de brasileiros não conseguem pagar suas contas.

Diante dessa tragédia, os juros cobrados pelos bancos do cheque especial e do cartão de crédito não pararam de subir, atingindo 300% em março. Sem falar do crédito à pessoa física e das abusivas tarifas bancárias.





## Governador de Brasília, Ibaneis Rocha STF suspende decisão do TCU de reter R\$ 10 bilhões dos cofres do DF

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a retenção pelo Ministério da Economia, dirigido por Paulo Guedes, de R\$ 10 bilhões dos cofres do Distrito Federal.

Atendendo pedido do Governo do DF (GDF), o ministro Marco Aurélio concedeu liminar que determinou que a União se abstenha de reter o valor arrecadado com o Imposto de Renda incidente sobre o contracheque de servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A liminar de Marco Aurélio ainda será submetida ao plenário do STF.

Em julgamento realizado em 27/03/2019, o TCU determinou ao Ministério da Economia que deixasse de repassar ao DF o produto da arrecadação do Imposto de Renda incidente sobre as remunerações e proventos desses servidores.

“Cogitar do dever de ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional dos valores tidos como indevidamente repassados desde o ano de 2003 poderá ocasionar verdadeiro colapso nas finanças do Distrito Federal – circunstância a justificar o exercício, pelo Judiciário, do poder geral de cautela”, advertiu o ministro em sua decisão.

Pela decisão do TCU, o governo do DF deixará de arrecadar R\$ 700 milhões por ano (R\$ 58,3 milhões em arrecadação por mês), após uma briga na Justiça que se arrastou desde 2006.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) entrou com ação (ACO 3258), na segunda-feira (29) contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). A sentença do TCU foi anunciada no final de março, mas a publicação do acórdão ocorreu na segunda-feira. “Espero que a gente consiga reverter essa decisão, que significa uma injustiça com os cofres públicos do DF”, afirmou o governador Ibaneis Rocha (MDB).

Texto na íntegra em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Geraldo Alckmin critica governo Bolsonaro em convenção do PSDB-SP

O ex-governador Geraldo Alckmin, presidente nacional do PSDB, afirmou que o Brasil está tomado por “um clima do ódio” e comparou o governo Bolsonaro a um “PT de ponta-cabeça”, a um “PT ao inverso”.

“A economia não anda porque o Brasil ficou caro, ideologicamente ultrapassado em termos de agenda. Não é a agenda do povo. Vemos no Brasil um clima de ódio, é o PT de ponta-cabeça”, disse Alckmin no domingo (5), durante a convenção estadual da legenda, na Assembleia

Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O ex-governador também criticou a posição de Bolsonaro na questão da flexibilização da posse de armas e defendeu o estatuto do desarmamento. “Querem distribuir armas à vontade e voltar ao velho oeste. Quem mata bandido mata também gente inocente”, frisou.

Geraldo Alckmin se posicionou ainda contra a mudança de nome do PSDB, que é defendida pelo governador João Doria.

Continua em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## “Atreva-se a tirar escola de 80 mil crianças e V. Exa. sairá dessa cadeira”, diz Janones a Zema

O deputado André Janones (Avante-MG), denunciou, em discurso feito na tribuna da Câmara Federal, na última terça-feira (30), que o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), quer acabar com o ensino integral para mais de 80 mil alunos do estado e demitir mais de 9 mil professores”.

“Essa é a maneira de o Governador Romeu Zema fazer economia. O mesmo Governador que acabou de nomear uma série de apaniguados, com salários de até 50 mil reais por mês, o mesmo governador que teve o seu vice flagrado recentemente usando um helicóptero pago com o dinheiro público para voltar de um SPA de luxo, esse mesmo governador agora quer tirar educação, alimentação, enfim, aquele pouco que é fornecido às crianças carentes do Estado de Minas Gerais”, denunciou.

O parlamentar dirigiu-se ao governador Zema e disse: “Vamos mandar um recado. Caso V.Exa. se atreva a colocar mais de 9 mil professores na rua e a

tirar a escola de mais de 80 mil crianças, nós vamos arrancar V.Exa. da cadeira de governador do Estado de Minas Gerais. Esse é o recado que nós transmitimos daqui do plenário da Câmara dos Deputados. Faremos o que preciso for, acionaremos o Ministério Público, colocaremos ônibus com pessoas nas estradas e na porta da residência de V.Exa., enfim, faremos tudo o que a democracia nos permite para impedir essa injustiça”, concluiu o parlamentar.

Janones dirigiu-se também aos deputados estaduais de Minas: “Quero, da tribuna da Câmara dos Deputados, fazer um humilde pedido. Pego que os senhores rejeitem essa proposta do Governador. Já o povo de Minas Gerais, os eleitores, aqueles que confiaram a V.Exas. o voto, esses não pedem, esses mandam, porque o povo é patrão, é quem paga seu salário, portanto, é quem manda que votem contra essa proposta”.

Íntegra em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# MP investiga a origem do dinheiro de Queiroz



Flávio, Bolsonaro e Queiroz: MP-RJ fez varredura nas contas

## Jair Soares: problema da Previdência é o desvio de seus recursos pelo governo

O ex-ministro da Previdência (governo Figueiredo) e ex-governador do Rio Grande do Sul (1983-1987), Jair Soares, entrevistado em Porto Alegre, disse algo importante, sobre a suposta “economia” de R\$ 1 trilhão, que Guedes e Bolsonaro dizem que querem fazer na Previdência Social: “*Estão dizendo que vão economizar um trilhão em dez anos, mas o governo tirou, de 2002 a 2015, um trilhão e quatrocentos bilhões da Previdência.*”

Jair Soares, hoje filiado ao PP, referia-se à Desvinculação das Receitas da União (DRU), expediente através do qual, atualmente, são desviados 30% dos recursos arrecadados pelas contribuições sociais (Cofins, CSLL, PIS/PASEP), que a Constituição de 1988 destinou à Previdência e à Seguridade Social.

O desvio do dinheiro das contribuições sociais

para a Previdência, desde 1994, quando foi estabelecido (nessa época com o nome de “fundo social de emergência”), é o principal componente da DRU (cerca de 90% dos recursos desvinculados são das contribuições sociais, como esclarece o Senado).

Quanto ao motivo para esse desvio – isto é, para onde é desviado esse dinheiro da Previdência –, a série abaixo mostra a participação da DRU na reserva para juros (“superávit primário”), transferidos do setor público para o setor financeiro:

**PARTICIPAÇÃO DA DRU NO SUPERÁVIT PRIMÁRIO**

(valor em R\$ bilhões, deflacionados pelo IGP-DI)

2000: **72,66%**;  
2001: **76,56%**;  
2002: **58,92%**;  
2003: **57,49%**;  
2004: **53,76%**;  
2005: **57,47%**;  
2006: **65,27%**;

2007: **65,15%**.  
(cf. Renata Teixeira de Castro Tobaldini e Vera Tieko Suguihiro, “[A Desvinculação de Recursos da União – DRU e o \(des\) financiamento da seguridade social brasileira](#)”, IPEA, Code 2011)

A rigor, desde 1994, o governo federal transfere juros ao setor financeiro às custas da Previdência – portanto, dos aposentados, das pensionistas e dos trabalhadores da ativa.

O que Guedes quer é fazer essa praga grassar até ao ponto de acabar com a previdência pública.

A entrevista de Jair Soares foi concedida a Juremir Machado da Silva e Taline Oppitz, no programa “Esfera Pública”, da Rádio Guaíba. Dela também participou o senador Paulo Paim (PT-RS).

Íntegra do texto e a coluna de Juremir em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

C. L.

## Laranjal bolsonarista de MG: gráficas não rodaram nada, conclui a Polícia Federal

O delegado da Polícia Federal de Minas Gerais, Marinho Rezende, responsável pelas investigações do laranjal do PSL no Estado, informou que não encontrou nenhum sinal de que as gráficas investigadas tenham de fato trabalhado para candidatas laranjas do PSL ligadas ao ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

A PF fez buscas e apreensões em cinco gráficas no início da semana e não encontrou registros físicos que confirmassem

que elas efetivamente prestaram os serviços informados à Justiça Eleitoral. Uma gráfica deu como desculpa que tem como praxe guardar registros físicos por seis meses, mas que eles já tinham sido eliminados.

Outra, que emitiu nota fiscal para duas das candidatas laranja, afirmou que anotava tudo num bloquinho que, no entanto, ele “já tinha ido para o lixo”.

Uma outra declarou ao TSE ter prestado serviço a algumas dessas integrantes do PSL, tam-

bém disse que os pedidos nem sempre eram armazenados e que “devem ter sido apagados”.

Uma quarta gráfica disse que não possui registros e que as solicitações eram feitas, na maioria das vezes, por telefone ou pessoalmente. Um quinto local investigado também não tinha nenhum documento físico para comprovar o trabalho, mas foi o único a informar que teria registro em seu sistema.

Íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## FH: “não vejo rumo neste governo. Não é presidente. É uma família presidencial”

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) afirmou, em entrevista a Roberto D’Ávila, da GloboNews, que o país está sem rumo. “Eu não vejo rumo neste governo”, observou FHC.

“O presidente não se sente ainda como presidente do Brasil. Eu nunca vi isso. É uma família que está sentada na cadeira”, acrescentou.

“Quando se assume a Presidência é o presidente que senta na cadeira não pode ser a família inteira. Isso não é uma poltrona”, disse FHC.

“O governo não é só conservador é atrasado,

reacionário no sentido político. Eu espero que as instituições possam absorver esse desatino do governo atual”, acrescentou.

Sobre a política externa, FHC disse que não sabe como está sendo conduzida, “mas as declarações são preocupantes. Se imagina que estamos na guerra fria e que tem um inimigo comunista com subversão interna e se vê comunismo para todo lado. Estão inventando inimigos”.

“O inimigo é o atraso, é a pobreza, e a falta de investimentos em ciência e tecnologia. Oferece emprego para as pessoas, isso

é o que precisamos ver. O governo fica focando em coisas que não existem”, assinalou o ex-presidente.

Fernando Henrique alertou que, na Educação “a coisa é bastante desastrosa”. “O ministro anterior, que eu não conhecia, era inoperante e dizia coisas que não tinha sentido. Este parece que é operante e é pior. Ao ser operante, se ele puser em prática o que ele diz o que vai acontecer? Acabar com filosofia e sociologia. Isso é um atraso. E como acabar com o pensamento”, prosseguiu FHC.

Íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Justiça torna Temer réu pela sexta vez

O juiz Marcus Vinícius Reis, da Justiça Federal em Brasília, aceitou mais uma denúncia contra Michel Temer (MDB), que se tornou réu pela sexta vez. Ele vai responder por formação de organização criminosa e obstrução de Justiça.

A denúncia, apresentada inicialmente ao Supremo Tribunal Federal, em 2017, pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acusa Temer de ter instigado o empresário Joesley Batista

(do grupo J&F) a pagar propina ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ), para que ele não fechasse acordo de delação premiada com a força-tarefa da Operação Lava Jato.

A acusação foi ratificada pelo Ministério Público Federal em Brasília, no mês passado, depois que o ex-presidente perdeu o foro privilegiado e o caso ter sido enviado para a primeira instância judicial. Além de Temer, viraram réus os

ex-ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Minas e Energia).

Os diálogos entre Temer e Joesley fizeram parte do acordo de delação premiada de executivos do grupo J&F. Na gravação, feita pelo empresário durante um encontro com o ex-presidente, no Palácio do Jaburu, ele afirmava que estaria tentando manter uma boa relação com Cunha, que já estava preso na época.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Ministério Público não encontrou registros dos carros que o ex-motorista de Flávio Bolsonaro alegou comercializar

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) quer saber de onde vem o dinheiro da movimentação milionária detectada pelo Conselho de Controle e Acompanhamento Financeiro (Coaf) na conta de Fabrício Queiroz, ex-assessor e ex-motorista de Flávio Bolsonaro (PSL) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Os investigadores deverão pedir a quebra de sigilos fiscais e bancários do ex-motorista. A informação foi divulgada no domingo (5) pelo jornalista de “O Globo”, Lauro Jardim, e incluiria, segundo o jornalista, a quebra dos sigilos do próprio atual senador.

O MP-RJ já enviou ofícios com pedido de informações para lugares onde, comprovadamente, Fabrício Queiroz efetuou despesas. A pergunta do MP é “quem pagou” por elas. Queiroz foi internado no Hospital Albert Einstein no dia 30 de dezembro e lá foi operado para a retirada de um tumor no intestino, no primeiro dia do ano.

O motorista permaneceu internado até o dia 8 de janeiro. Segundo a revista Época, ele foi atendido pelo cirurgião Wladimir Alfer Júnior, pesquisador de urologia pela Harvard Medical School e doutor pela Universidade de São Paulo, e também pelo gastroenterologista Pedro Custódio de Melo Borges, que cuidou do ex-jogador Sócrates antes de o ídolo do Corinthians falecer em 2010. Ambos cobram R\$ 700 por consulta.

Para embasar o pedido, o MP argumenta com o fato de que, até agora, não foram encontradas evidências de que a movimentação atípica de R\$ 7 milhões na conta de Queiroz entre 2014 e 2016 se deve a compra e venda de carros e outros negócios informais, como alega a defesa dele.

Em entrevista ao SBT, no final do ano passado, o ex-assessor afirmou que era “um cara de negócios” e que comprava e revendia carros. “Eu faço dinheiro”, disse Queiroz. “Eu faço, assim, eu compro, revendo, compro, revendo. Compro carro, revendo carro. Eu sempre fui assim. Sempre. Eu gosto muito de comprar carro em seguradora. Na minha época, lá atrás, comprava um carrinho, mandava arrumar, vendia. Tenho segurança”, disse ele à época.

O Ministério Público do Rio informa que só localizou em seu nome dois carros antigos. Um Ford Del Rey Belina marrom, modelo 1985-86, e um Voyage preto, modelo 2009-10. Não há registro de outros automóveis ou mesmo foram identificadas outras transações.

O Coaf havia detectado uma primeira movimentação de R\$ 1,2 milhão em sua conta entre 2016 e 2017 e, mais tarde, divulgou um total de R\$ 7 milhões movimentados por Queiroz entre os anos de 2014 e 2017.

## Repúdio e isolamento fazem Bolsonaro desistir de viajar para Nova Iorque

Jair Bolsonaro cancelou, na sexta-feira (3), uma viagem que faria a Nova York, onde receberia o prêmio “Pessoa do Ano”, oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. O evento estava previsto para ser realizado no dia 14 de maio.

O porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, foi escalado para anunciar a decisão. Em nota distribuída no início da noite ele disse que o cancelamento da viagem tinha como motivo os “ataques” do prefeito da cidade norte-americana, Bill de Blasio, a Bolsonaro.

“O presidente da República agradece a homenagem proposta pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, ao escolhê-lo ‘Personalidade do Ano de 2019’”, diz a mensagem. “Entretanto, em face da resistência e dos ataques deliberados do prefeito de Nova York e da pressão de grupos de interesses sobre as instituições que organizam, patrocinam e acolhem em suas instalações o evento anualmente, ficou caracterizada a ideologização da atividade”, diz a nota.

Bill de Blasio, do Partido Democrata, disse em 13 de abril que Bolsonaro não era bem-vindo à cidade. Ele ainda o chamou de racista, homofó-

O MP considera que os rendimentos de Queiroz, que é aposentado da PM-RJ e recebia um salário de R\$ 10 mil no gabinete de Flávio, não explica o montante movimentado por ele. “Os rendimentos não batem com a movimentação detectada”, diz o MP-RJ.

Em depoimento, realizado por escrito em fevereiro, Queiroz havia dado duas versões. A primeira foram os supostos “negócios” de compra e venda de automóveis. E a segunda foi a de que pegava parte dos salários de outros funcionários do gabinete e gerenciava esses valores para supostamente contratar mais pessoas que trabalhariam fora da Assembleia Legislativa do Rio quando Flávio era deputado. Segundo ele, Flávio Bolsonaro não sabia de nada.

O MP já tinha intimado todos os oito assessores que fizeram repasses a Queiroz em dezembro do ano passado. Mas, até o momento, apenas um deles prestou depoimento. Apenas um dos funcionários que depositou na conta de Queiroz se apresentou para falar: Agostinho Moraes.

Ele negou que devolvesse parte do salário, e admitiu que entregava R\$ 4 mil por mês para fazer um “investimento” nas supostas compras e vendas de carros que Queiroz fazia. A testemunha não apresentou nenhum documento que comprovasse o que contou de sua declaração. Os investigadores não viram veracidade na narrativa do ex-funcionário.

Duas frentes, nas áreas cível e criminal, investigam no MP do Rio os negócios de Queiroz. A investigação civil, sobre eventual prática de improbidade administrativa, está a cargo das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Cidadania.

A criminal, por eventual crime de lavagem e outras práticas, é conduzida pelo Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção (GAEC). O MP afirma que não encontrou evidências de que a movimentação atípica na conta de Queiroz se deve a compra e venda de carros e outros negócios informais, como diz a defesa.

A outra linha de investigação do Ministério Público é a relação de Queiroz com o miliciano Adriano Magalhães, o capitão Adriano, que se encontra foragido.

Raimunda Veras Magalhães e Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, respectivamente mãe e mulher do miliciano, foram funcionárias do gabinete de Flávio indicadas por Queiroz.

Adriano é um matador profissional e, junto com o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira, preso na Operação “os Intocáveis”, comandava o Escritório do Crime, espécie de central executora de assassinatos por encomenda, com sede na comunidade de Rio das Pedras.

Íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

S. C.

bico e destrutivo. “Ele é um ser humano muito perigoso”, disse.

Na verdade, desde que foi anunciada, a homenagem ao presidente brasileiro foi marcada por polêmicas. Pelo menos três empresas patrocinadoras do evento retiraram seus apoios ao saber da participação de Bolsonaro. O governo chegou a colocar o Banco do Brasil como patrocinador, numa tentativa de salvar o evento. A instituição pública teve que se comprometer com o pagamento de US\$ 12 mil (R\$ 47,5 mil) para ter uma mesa com dez lugares no jantar de gala.

Após a manifestação do prefeito, o Museu Americano de História Natural de Nova York, onde inicialmente a homenagem iria ser realizada, desistiu de sediar o evento após pressão da comunidade acadêmica e funcionários da instituição. A companhia aérea Delta, a consultoria Bain & Company e o jornal Financial Times, que tinham topado apoiar a festa, também recusaram no decorrer da semana.

A viagem de Bolsonaro estava prevista para acontecer dos dias 13 a 15 de maio e, além de Nova York, incluiria uma passagem por Miami. Ambas foram canceladas.



# Estudantes protestam contra o corte de Bolsonaro na Educação

No Rio, centenas de pessoas ocuparam a frente do Colégio Militar, onde Bolsonaro participava de uma comemoração, para criticar o corte da verba

N a manhã desta segunda-feira (06), ao menos mil estudantes, pais e professores dos Colégio Pedro II, do Cefet, IFRJ e do Colégio de Aplicação da UFRJ protestaram contra os cortes da verba de custeio executados pelo governo Bolsonaro nas instituições federais de ensino. O protesto ocupou a frente do Colégio Militar, na Tijuca, Zona Norte do Rio, onde Bolsonaro participava de uma cerimônia em comemoração aos 130 anos da escola.

Na semana passada, o Ministério da Educação realizou o corte de ao menos 30% na verba de custeio, destinada ao pagamento de despesas como manutenção, limpeza e pagamento de contas de água e luz, das instituições federais. Segundo Bolsonaro, o corte ocorre para dar prioridade ao ensino básico. Entretanto, os colégios de ensino básico que são responsabilidade do governo federal foram severamente afetados.

O Colégio Pedro II, que atende 13 mil estudantes no Rio de Janeiro, sofreu um corte de 36% da verba, um total de R\$ 18.571.339,00. Segundo o reitor, Oscar Halac, o bloqueio inviabiliza o custeio da instituição. (ver matéria abaixo)

Maryana Queiroz, mãe de uma aluna do Colégio Pedro II do Humaitá veio apoiar a manifestação dos alunos. “Nós e outros responsáveis viemos nos unir aos estudantes para dar apoio na mobilização que é toda deles. É potente. Eles estão organizados, mantendo o controle”, disse.

A ex-aluna do Pedro II Tijuca e mãe de aluna do colégio. Ela se juntou à filha e demais estudantes no ato, e diz que teme pelo futuro da jovem de 13 anos e de seus colegas diante do corte na instituição.

“Do jeito que está, vai fechar as portas. Chegou a um nível que não dá mais”, destacou a advogada Claudia Moreira, ex-aluna e mãe de uma aluna do CP2, que estava presente no ato.

**SALVADOR**  
Na Bahia, a comunidade acadêmica saiu às ruas da capital contra o arrocho que, segundo os reitores das instituições federais de ensino, ameaça diretamente o funcionamento das universidades.

Mais de mil pessoas, entre estudantes, funcionários, professores e membros da diretoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) participaram do ato que tomou as ruas de Salvador. João Carlos Salles, reitor da instituição, participou do ato unitário e apontou que o corte feito pelo governo ultrapassa R\$ 55 milhões.

**VITÓRIA**  
Na sexta-feira (03), estudantes do Instituto Federal (Ifes) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) protestaram contra o corte de verbas promovido pelo Ministério da Educação (MEC).

A manifestação se concentrou na Praça de Jucutuquara e saiu em direção ao Centro pela Aveni-

da Vitória. Em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo do estado, o grupo ocupou a Escadaria Bárbara Lindemberg, que dá acesso ao Palácio Anchieta, sede do governo estadual.

Segundo o Ifes, a porcentagem corresponde a uma perda de aproximadamente R\$ 25 milhões dos R\$ 64 milhões orçados para o ano de 2019. Para a Ufes, serão menos R\$ 20 milhões nos recursos destinados a custeio.

**PELOTAS**  
Cerca de 200 estudantes se mobilizaram na tarde desta sexta-feira (3) contra o corte de 30% no repasse de verbas a universidades e institutos federais.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por meio de nota, declarou sobre a possibilidade de encerramento de suas atividades ainda esta ano por falta de verbas, com a medida do ministro Abraham Weintraub.

Com o corte, a universidade deixará de receber R\$ 29 milhões. Nos discursos, os estudantes disseram que a UFPel é um patrimônio da cidade. Com cartazes e faixas eles se reuniram na Praça Coronel Pedro Osório. Após, realizaram uma caminhada de costas pelas principais ruas do centro.

“Não temos mais da onde cortar gastos. Fizemos um planejamento orçamentário para 2019 e resolveram isto quase no meio do ano”, lamenta. Ele confirma que em 2018 a universidade reduziu seu orçamento em R\$ 10 milhões. “Mais do que isto não tem como. É um corte político não econômico, portanto não pode ser levado a sério. Quando acabarem os recursos paralisaremos as atividades e o Ministério da Educação que responda a estudantes, famílias e pacientes do nosso hospital a causa deste fechamento”, finaliza.

**BRASILIA**  
Estudantes, professores e servidores da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com outros atores sociais, promoveram, nesta quinta-feira (2), um ato público para demarcar oposição ao corte orçamentário de 30% anunciado pelo governo federal para a instituição.

O presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), Luís Antonio Pasquetti, destaca a preocupação com as consequências que a asfixia orçamentária pode trazer para a universidade. Ele sublinha que o corte tende a sufocar diferentes ações no âmbito institucional, alcançando também setores que estão além dos muros acadêmicos.

“Laboratórios vão ficar sem material, pesquisas podem ser paralisadas. E a UnB tem um hospital veterinário, tem o HUB [Hospital Universitário de Brasília], tem uma série de serviços pra sociedade. Quando há uma redução de recursos, você vai reduzir projetos, vai prejudicar a saída de campo dos alunos [também], então afeta”, exemplifica Pasquetti, acrescentando que a UnB é considerada a 8ª melhor universidade do país.

## Bolsonaro corta 36% da verba do Colégio Pedro II

Um dia após Bolsonaro dizer que o corte de 30% na verba das universidades federais seria para “fortalecer o ensino básico”, o Ministério da Educação (MEC), chefiado pelo olavista Abraham Weintraub, executou o corte de 36,37% na verba de custeio do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, a única rede de escolas de ensino básico ligada ao governo federal.

Na quinta-feira (02), Jair Bolsonaro afirmou que o dinheiro usurpado das universidades federais seria investido na educação básica. Segundo ele a educação no Brasil é como uma casa com um “excelente telhado e paredes podres”.

O corte soma, no total, R\$ 18.571.339,00 do valor previsto para ser repassado ao Colégio este ano. Para o reitor do Colégio Pedro II, Oscar Halac, o bloqueio inviabiliza o custeio da instituição.

“E bom dizer que nós temos contratos mantidos com a iniciativa privada, contratos celebrados. E o bloqueio de 30% certamente levará todos, não somente o Colégio Pedro II, a não honrar contratos firmados. E daí vem redução de postos de trabalho, daí vem não prestação de serviços e daí vem a paralisação dos serviços prestados pelo Colégio Pedro II”, disse Halac.

Segundo a direção do colégio,



Estudantes, professores e pais de alunos do Colégio Pedro II e outras instituições federais protestaram nesta segunda-feira contra o corte de verba na educação básica



Em Salvador, mais de mil pessoas protestaram nas ruas contra o corte de 55 milhões na UFBA



Protesto dos estudantes das instituições federais no Espírito Santo

## Reitores de 40 universidades federais criticam o bloqueio da verba de custeio

Reitores de 40 universidades federais de todo país já se manifestaram contra o ataque de Bolsonaro à Educação, ao pensamento crítico e ao conhecimento. O corte de ao menos 30% na verba de custeio inviabiliza as instituições federais de ensino superior.

Prestes a completar 100 anos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) condenou o bloqueio de 41% das verbas destinadas ao pagamento de despesas como limpeza e manutenção ou contas de água e luz.

“A não reversão da medida trará graves consequências para o desempenho das atividades da UFRJ, comprometendo a rotina de atividades acadêmicas antes do segundo semestre. Há cinco anos, a Universidade vem sofrendo cortes e contingenciamentos sem reposição. Em valores corrigidos, a diferença entre o orçamento de 2014 e o de 2019 é superior a R\$200 milhões”, diz a nota da UFRJ.

A Universidade de Brasília (UnB) apontou que a medida “causará graves prejuízos à formação dos estudantes”.

“A medida, se mantida, compromete o funcionamento da instituição, que

vem sofrendo sucessivas restrições orçamentárias desde 2017 e já implementou um conjunto substancial de ações para melhorar a sua eficiência administrativa. Restringir ainda mais os recursos de custeio impossibilitará a universidade de realizar pagamentos de serviços básicos de manutenção, tais como água, luz, limpeza e segurança, bem como de adquirir insumos e suprimentos essenciais para laboratórios, podendo causar graves prejuízos à formação dos estudantes e às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir do segundo semestre de 2019”, diz a nota da Unb.

A Federal de Pernambuco (UFPE) destacou que seu funcionamento no segundo semestre letivo fortemente comprometido, o que prejudicará a qualidade e a execução de suas atividades fim e de gestão, impossibilitando a prestação adequada de serviço e comprometendo a sua missão institucional”, explicou a nota da reitoria.

“Assim, é de fundamental

importância o apoio da sociedade contra o corte no orçamento das universidades públicas, configurando-se a necessidade de mobilização da comunidade acadêmica, dos parlamentares pernambucanos, dos governos estadual e municipais, dos setores empresariais e das organizações sociais e de ciência e tecnologia, em defesa da UFPE, patrimônio da sociedade brasileira”, ressalta a universidade.

A reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) destacou que “não há eficiência administrativa que supere um corte de tamanho monte, principalmente diante das sucessivas restrições orçamentárias dos últimos anos”.

“As Universidades Federais, como patrimônio nacional, são imprescindíveis para a construção de um país mais desenvolvido, mais justo e equânime, que ofereça melhores condições de vida para sua população e, assim, devem ser reconhecidas pelas autoridades e pela sociedade brasileiras. Não se constrói um país sem investimento contínuo e sustentável em educação, cultura, ciência e tecnologia”, pontua a nota da reitoria da UFMG.



## “Vamos defender a UFPR”, disse Reitor convoca luta em defesa das universidades federais brasileiras

O Professor Doutor Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), divulgou uma carta, neste final de semana, em suas redes sociais denunciando os cortes de verbas anunciados pelo governo e conclamando estudantes, professores e funcionários à luta para barrar o que ele classifica como “destruição” do ensino superior público.

### Convocação à comunidade da UFPR

Queridos (as) estudantes, docentes, técnicos da UFPR, estamos vivendo um momento gravíssimo nas universidades brasileiras e também na nossa UFPR, como todos já sabem. O corte de R\$ 48 milhões no nosso orçamento que foi anunciado na semana passada – que acontece depois de sucessivos outros cortes nos últimos anos – nos estrangula e pode nos inviabilizar. E isso pode acontecer com todas as universidades federais brasileiras. Isso é grave, é dramático.

Existem muitos fronts diante dessa situação, mas um deles, importantíssimo, é o da comunicação. Precisamos mostrar – nas redes sociais, nos grupos de whatsapp, no estágio, na comunidade, na igreja ou onde for – aquilo que de maravilhoso fazemos em nossa instituição. A pesquisa que produzimos, a extensão onde intervimos, a inovação que fazemos. E o quanto fazemos a diferença quando disseminamos tudo isso nos nossos cursos de graduação e de pós-graduação. E fazendo tudo isso, a inclusão social revolucionária que promovemos. E a contribuição imensa que damos ao setor produtivo. As vidas que transformamos. A sociedade que fazemos melhor.

Sei que não somos uma instituição perfeita – mas nenhuma é, nem pública e nem privada. Existem sempre coisas a melhorar, rumos a ajustar, autocriticas a fazer. Mas agora é a hora de mostrar o que é positivo, bom e belo na Universidade pública, até porque suas qualidades excedem, e muito, os seus problemas. O Brasil seria muito, muito pior sem as universidades públicas. Sem inteligência, sem desenvolvimento, sem graça. E esse é o momento de demonstrar isso.

Estamos fazendo nossa parte: as redes sociais da UFPR estão agora replicando matérias de tudo o que fazemos dentro dos nossos muros, nossas pesquisas, nossa extensão, nossas iniciativas, nossos milagres cotidianos. Mas agora precisamos de todo mundo para multiplicar tudo isso, espalhar para todos os lugares, sensibilizar os que ainda não sabem e dissolver os mal-entendidos.

É necessário entrar na batalha da comunicação. Isso agora é fundamental. Vejo agora correntes falsas e mistificadoras circulando sobre as universidades públicas, dizendo asneiras sobre os cortes orçamentos e sobre nossas atividades. Vejo também, com tristeza, que até alguns setores internos aproveitam o momento para nos expor e travar suas batalhas na hora errada. A batalha a ser travada agora só deve ser uma: a favor das universidades públicas brasileiras, a favor da UFPR.

Convoco nossa comunidade para essa batalha da comunicação. E também convoco cada ex-aluno que aqui teve sua formação ou que aprendeu sua profissão (sem pagar mensalidade e eventualmente até recebendo alguma bolsa), e que portanto sinta que a UFPR como também sua, para essa missão, agora mais urgente do que nunca: divulgue, promova e defenda esse patrimônio de todos nós e “alma mater” do povo paranaense: a Universidade Federal do Paraná.

## Arrocho atingirá bolsas de mestrado e doutorado

Fruto do corte de R\$ 7,4 bilhões no orçamento do Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vai congelar neste semestre bolsas de estudos de mestrado e doutorado.

Sem recursos, instituição vai reduzir bolsas que são concedidas em instituições com menor avaliação e congelar ociosas. Além do corte de bolsas, a Capes vai encerrar o programa Idiomas Sem Fronteiras – criado na esteira do Ciência sem Fronteiras.

A Capes não informou o número total de bolsas que serão atingidas com as medidas. A princípio está prevista uma redução de R\$ 150 milhões. Ao todo a entidade destina para o auxílio a pesquisa R\$ 3,4 bilhões.

Será preservado neste primeiro momento o pagamento de bolsas para formação de professores de educação básica. Atualmente, são 107.260 bolsistas. Nos registros das Capes, havia em fevereiro deste ano 92.253 bolsistas na pós-graduação. Os auxílios repassados estão há anos sem reajuste. Para mestrado, o valor mensal é de R\$ 1,5 mil; para doutorado, é de R\$ 2,2 mil.

“A ciência está com a corda no pescoço”, disse o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ildeu Castro Moreira, que em conjunto com outras entidades científicas e acadêmicas, iniciam nesta semana um movimento no Congresso Nacional para reverter o quadro de abandono da ciência promovido pelo governo Bolsonaro.

Os cortes eram esperados com apreensão por pesquisadores. “Os prejuízos a médio e longo prazo são incalculáveis. Mais do que isso, vêm na contramão do que ocorre em outros países”, afirmou a integrante do conselho superior da Capes Helena Nader.

Assim como a Capes o governo informou que todas os órgãos e instituições vinculadas ao MEC serão atingidos.





## Assembleias ocorrem no próximo dia 9 Professores param dia 15 contra cortes nas universidades federais

Os professores e funcionários das universidades federais estão mobilizando uma greve em toda a rede superior de ensino para o dia 15 de maio contra o corte de 30% nas instituições anunciado por Bolsonaro e seu ministro Abraham Weintraub.

“Os docentes das Universidades e Institutos Federais, e todos os demais profissionais da Educação, resistiremos e responderemos à altura dos ataques, com mobilizações, paralisações, greves”, afirmou Nilton Brandão, presidente da Federação de Sindicatos de Professores Federais (PROIFES), que está convocando greve “no próximo dia 15 com todo o movimento de educação”. No dia 9, assembleias em campi espalhados pelo país definirão a preparação para a mobilização.

O governo anunciou inicialmente que os cortes seriam feitos em três universidades – UNB (Brasília), UFF (Rio de Janeiro) e UFBA (Bahia) – segundo o ministro, por estarem sendo palco de “balbúrdia” em vez de cumprirem o “desempenho acadêmico” esperado. Em seguida, o governo decidiu estender o corte de 30% para todas as universidades do país.

A medida vem sendo duramente rebatida por parlamentares, especialistas e cientistas, e agora uma grande mobilização está marcada para o dia 15.

Para o presidente da Associação de Docentes da Ufes (Adufes) do Espírito Santo, professor José Antônio da Rocha Pinto, essa medida é para tentar acabar de vez com o ensino superior público, que há anos já vem sofrendo com cortes orçamentários. Ele afirma que os cortes na universidade capixaba, por exemplo, começaram desde 2014, e no ano passado recebeu 70% do orçamento previsto. Para ele, mais 30% de cortes só pioram o quadro, e universidades menores sofrem impactos ainda mais expressivos.

“As palavras e atos do ministro da educação mostram claramente uma retaliação e uma tentativa de desqualificação da universidade, que é um espaço importante de geração de conhecimento e de manifestação da liberdade de expressão, fundamentais para o desenvolvimento e soberania nacional”, afirma também a vice-presidente do PROIFES, e professora da UFBA, Luciene Fernandes.

“O que está muito nítido é que esse governo colocou professores e professoras como inimigos. E a paralisação unificada do dia 15 de maio é para dizermos que basta de ataques à educação, basta de ataques à nossa categoria. E também dizermos não a essa reforma da Previdência que é perversa, cruel e seletiva”, ressaltou Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

Além da destruição da produção científica, do conhecimento, os cortes são uma censura às mobilizações e reações contrárias à política implementada pelo governo. Na avaliação do ex-reitor da UnB e professor da Faculdade de Direito da instituição, José Geraldo de Sousa Junior, a medida representa “um quadro de autoritarismo e aniquilamento da crítica. A estratégia é criminoso. É um crime de responsabilidade. Viola a autonomia das universidades”, criticou. “O governo não pode usar o fundamento público de gestão do orçamento para ações de represália, de castigo. Isso é desvio de finalidade. O MEC não é feito da gestão. Se tiver algo errado, tem de abrir inquérito e investigar”, completou.

Junto à greve dos professores da educação, diversas ações contrárias aos cortes estão também sendo encaminhadas. O PSB já anunciou que irá ao Supremo Tribunal Federal (STF) ajuizar uma Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais contra a medida do ministro e solicitando a liberação dos recursos bloqueados.

Também a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) assinou um requerimento de informação para que Weintraub preste esclarecimentos. “Ele terá de explicar o que quis dizer com ‘balbúrdia’, que não é um termo usado na administração pública. Ele terá de dizer que critérios está usando para fazer os cortes, pois é obrigado a seguir a Constituição”, afirmou a parlamentar.

Para o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centoducatte, o corte anunciado pelo governo levará o ensino superior ao caos.

## Salário médio de admissão com carteira cai 0,51% em março

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada teve queda real de -0,51% em março, na comparação com o mesmo mês de 2018, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Ante fevereiro deste ano, março registrou variação de +0,12%, segundo a mesma pesquisa, alta insignificante se comparados os dois dados, que só demonstram a estagnação econômica do país.

Os dados são todos preocupantes, somados com o alto desemprego no país. No mês passado, os índices registraram o fechamento de 43.196 vagas de emprego formal e alta de 10% no número de pessoas que procuram emprego na comparação com o último trimestre de 2018.

Além disso, a subocupação – pessoas que

trabalham menos de 40 horas por semana – cresceu, segundo o Boletim Emprego em Pauta do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

A pesquisa revela que entre o 3º e o 4º trimestre de 2018, quase 5 milhões de trabalhadores tiveram as jornadas de trabalho reduzidas para menos de 30 horas semanais.

Nos dados referentes ao 1º trimestre de 2019, o número de subocupados foi estimado em 6,8 milhões. O estudo aponta que “esse crescimento é reflexo do fraco desempenho da atividade econômica, incapaz de gerar quantidade suficiente de postos de trabalho adequados e que atendam aos anseios dos trabalhadores, principalmente no que se refere à remuneração”.

# Centrais aprovam Greve Geral em ato unitário do 1º de Maio



Centrais aprovaram a greve para o dia 14/07. Foto: Nelson Antoine/Estadão



Lideranças das Centrais Sindicais durante o ato. Foto: Ernesto Andrade

## “Agora é convocação geral para barrarmos a reforma da Previdência”, diz Adilson da CTB

Em entrevista ao HP, durante o ato unitário das Centrais Sindicais na capital paulista, o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, disse que a celebração do 1º de Maio unitário “dá início à nossa convocação de uma greve geral contra esse governo fascista que não tem projeto nenhum para a nação”.

O Dia do Trabalhador foi marcado por atos unitários das Centrais Sindicais contra a reforma trabalhista por todo Brasil, sinalizando um passo importante na unidade popular para derrotar os ataques aos direitos trabalhistas perpetrados por Bolsonaro e sua trupe.

“O curso da agenda neoliberal que consagrou a Emenda Constitucional 95, a reforma trabalhista, a terceirização generalizada e irrestrita e essa ansia do governo de destruir a Previdência pública, que é o nosso maior programa de proteção social e distribuição de renda, exigem que o movimento sindical compreenda ainda mais a importância da unidade e do fortalecimento da solidariedade para com a classe trabalhadora. Por que é ela, mais do que ninguém, que está sendo penalizada”, disse Adilson.

Adilson argumenta que não há motivos para uma reforma como essa que não seja o interesse do governo Bolsonaro de “saciar o desejo dos rentistas, dos banqueiros. No fundo, alterar as regras da Previdência é muito pouco para eles. O desejo de Paulo Guedes é instituir um modelo de capitalização e destruir a Previdência Social”.

“A CTB compreende que as reformas da Previdência já foram feitas. O Lula fez uma reforma da Previdência em 2003 que atingiu parte importante do funcionalismo público. A Dilma também fez Medidas Provisórias [664 e 665 de 2015], criou-se o fator previdenciário que hoje soma tempo de trabalho e idade,



Adilson Araújo, presidente nacional da CTB

86 para as mulheres e 96 para os homens, já considerando a longevidade”, complementa Adilson.

Além disso, “a Constituição Cidadã de 88 consagrou um modelo de Previdência Social. A Seguridade Social foi pensada levando em consideração inclusive a longevidade”, assim, “o desejo deles é dificultar o direito das pessoas de terem um aposentaria digna”. A proposta de Guedes e Bolsonaro com “o tempo de contribuição mais a idade mínima vai dificultar demais que as pessoas se aposentem. 40 anos de contribuição com 65 anos de idade mínima é muito perverso. Com essa regra ninguém consegue acumular tempo suficiente para se aposentar com menos de 75, 80 anos”, denuncia o sindicalista.

Adilson justifica que “a aposentadoria é uma espécie de alforria para o trabalhador. Eu quero viver depois de trabalhar, por isso que nossa campanha é ‘eu quero viver depois de trabalhar, não mexa na minha aposentadoria’”.

Ao falar da Medida Provisória 871 feita pelo governo Bolsonaro com o pretexto de “fazer uma faxina” em todos os benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o presidente da CTB diz que “o que ela quer é impedir cada vez

mais pessoas de terem acesso ao benefício previdenciário. A CONTAG avalia que se mantida essas regras que o governo apresenta, nos próximos 10 anos 3 milhões de trabalhadores rurais deixarão de receber os benefícios das aposentadorias. 400 mil já foram afastados”.

O interesse do governo é acabar com todos os direitos dos trabalhadores, avalia, “e querem, de quebra, acabar com os sindicatos que são pólos de resistência, por isso criaram a Medida Provisória 873 para tentar asfixiar toda e qualquer possibilidade de luta”.

A MP 873 tem por objetivo enfraquecer as estruturas dos sindicatos, impedindo que as contribuições sindicais sejam descontadas direto na folha de pagamento, como determina o parágrafo IV do artigo 8º da Constituição Federal, sendo cobrada exclusivamente por boleto bancário enviado para casa dos trabalhadores.

“Temos que resistir, não tem outro caminho. Nós estamos nas fábricas, feiras, nas Câmaras e Prefeituras, com os governadores. Nós temos que estabelecer um diálogo com prefeitos e vereadores, com toda a sociedade. Para barrar não só a reforma, mas todas as maldades deste governo fascista. O caminho é a luta. Dia 14 de junho é greve geral”, conclui Adilson.

Milhares de pessoas participaram do ato no Vale do Anhangabaú, em São Paulo

A convocação de uma Greve Geral contra a reforma da Previdência foi a palavra de ordem do ato unificado das centrais sindicais no 1º de Maio no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Milhares de trabalhadores atenderam ao chamado das entidades em repúdio à reforma de Bolsonaro que quer acabar com o direito do povo brasileiro à aposentadoria.

Além da presença de todas as centrais (Força Sindical, CTB, CUT, CGTB, CSP-Conlutas, CSB, Intersindical, Nova Central, UGT), o ato contou com representantes de diversas entidades, sindicatos, associações, partidos políticos e movimentos sociais que se somaram à convocação da Greve Geral, marcada para o dia 14 de junho.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, disse que “o governo vive afirmando que os sindicatos, os trabalhadores, quando se colocam contra a reforma da Previdência, estão indo contra o Brasil, mas nós sabemos que quando lutamos pelo direito à aposentadoria, estamos lutando não apenas pelos trabalhadores, mas estamos lutando pelo Brasil”, disse.

“Somos os mais interessados na saúde do Sistema Previdenciário, porque nos preocupamos com o futuro dos jovens, mas sabemos que não é tirando direitos que vamos promover o desenvolvimento, pelo contrário, é ampliando os direitos e gerando emprego”. O sindicalista conclamou a todos para a greve geral. “Vamos unir todas as forças do país contrárias à reforma numa grande paralisação no dia 14”, disse.

Para Adilson Araújo, presidente da CTB, “se hoje o tempo para um trabalhador com deficiência se aposentar é de 20 anos, com a reforma da Previdência eles querem imputar 35 anos para um trabalhador deficiente se aposentar. E se não bastasse isto, o trabalhador que está em estágio de vulnerabilidade não vai conseguir se aposentar, por que eles querem cortar o benefício que hoje é um salário mínimo para R\$ 400 reais. A greve geral é para consertar isto, para indicar o caminho”.

“Estamos aqui, neste momento histórico da união de todas as centrais preparando um grande movimento que é a Greve Geral, para que a gente possa impedir essa reforma, que é um crime contra os trabalhadores”, afirmou o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas, o Bira. “Essa reforma da Previdência, que aumenta a idade

mínima, que iguala homens e mulheres, que quer entregar nossas aposentadorias ao capital financeiro, é um crime e o que esse Bolsonaro merece é cadeia, porque quer roubar o povo e é isso que merecem todos aqueles que roubam e roubaram o povo”, disse.

Bira afirmou ainda que “não adianta querer negociar essa reforma, como pensam alguns companheiros, porque ela não tem nada que presta e é só para prejudicar os mais pobres”.

Para o dirigente da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, “a reforma da Previdência é uma verdadeira fake-news, é uma mentira. O Brasil não precisa de uma reforma da Previdência. O Brasil precisa que seus governantes tomem vergonha na cara, e cobre os devedores da previdência, parem de pagar a dívida pública, parem de dar dinheiro para os banqueiros. Temos que derrubar essa reforma e para isso vamos fazer uma mobilização para greve geral no dia 14 de junho”, conclamou.

O presidente da República disse ontem que esse ato seria esvaziado, porque o movimento sindical estava quebrado financeiramente. O ato de hoje demonstra que ele está errado. Ninguém vai calar a voz do movimento sindical brasileiro. Esse 1º de Maio unificado é histórico”, afirmou o presidente da CUT, Wagner Freitas.

“A proposta de Bolsonaro e seu guru, Paulo Guedes, é cruel com o povo. Querem acabar com o auxílio-doença, dificultar o auxílio-maternidade, acabar com o direito dos trabalhadores, sobretudo os mais pobres, de receberem pensão e aposentadoria para sobreviver. É por isso que vamos parar no dia 14”, disse.

Durante o ato, setores do PT presentes no palco tentaram a todo o custo, em suas falas, se apoderar da manifestação unitária das centrais pelo Dia do Trabalhador e em protesto contra a reforma da Previdência com a bandeira do “Lula Livre”. Mas suas falas caíram no vácuo com a indiferença do público, que mal reagiu ao chamado.

Estavam presentes no ato a União Nacional dos Estudantes (UNE), os partidos PSB, PCdoB, PT, PDT, PSOL, PSTU e PTB, deputados federais e estaduais, a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), a União Brasileira de Mulheres (CMB), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, entre outras entidades.

## STF derruba norma da reforma trabalhista que permitia grávidas atuarem em locais insalubres

A norma que admite a possibilidade de trabalhadoras grávidas e lactantes desempenharem atividades insalubres em ambientes de trabalho, instituída pela reforma trabalhista, foi suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

Pelo artigo 1º da Lei 13.467/2017 da reforma, o afastamento da grávida ou lactante nessas condições de trabalho só poderia ser feito com apresentação de “atestado de saúde emitido por médico de confiança da mulher que recomende o afastamento”.

A ação foi ajuizada no Supremo pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

De acordo com a Confederação, “tal permissão legal afronta a proteção que a Constituição Federal atribui à maternidade, à gestação, à saúde, à mulher, ao nascituro, aos recém-nascidos, ao trabalho e ao meio ambiente do trabalho equilibrado”.

Como relator do caso, o ministro entendeu que a ação procede juridicamente

afirmando que as medidas previstas na lei “não estão em consonância com diversas garantias constitucionais, entre elas a proteção à maternidade, que norteia outros direitos sociais”.

Para o ministro ainda, a proteção à maternidade e integral proteção à criança são “direitos irrenunciáveis e não podem ser afastadas pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante ou lactante em juntar um atestado médico”.

“Mesmo em situações de manifesto prejuízo à saúde da trabalhadora, por força do texto impugnado, será ônus desta a demonstração probatória e documental dessa circunstância, o que obviamente desfavorece a plena proteção do interesse constitucionalmente protegido, na medida em que sujeita a trabalhadora a maior embaraço para o exercício de seus direitos”, destacou Alexandre de Moraes.

A decisão liminar será válida até discussão no plenário da Corte, que decidirá sobre o tema.



LEONARDO SEVERO/HP



Economista e engenheiro Manuel Riesco

## “Sistema de Capitalização afunda no Chile em meio a aposentadorias miseráveis”

Economista, engenheiro, professor universitário, escritor, fundador e vice-presidente do Centro de Estudos Nacionais de Desenvolvimento Alternativo (Cenda) do Chile, Manuel Riesco abriu sua residência em Santiago para nos receber. Consultor do programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2002, e pesquisador das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Social (UNRISD), entre 2003 e 2007, Riesco mantém a energia de destacado líder estudantil dos tempos de Salvador Allende e de dirigente do Partido Comunista durante a ditadura de Pinochet. O “jovem há mais tempo” é atualmente uma das principais referências no que diz respeito à Seguridade Social, sendo autor, entre outros livros, do prestigiado “Nova Providência – Para restituir o direito a pensões dignas no Chile”.

Nesta entrevista, Manuel Riesco destaca a “falência do modelo de capitalização, em que as aposentadorias pagas são cada vez mais miseráveis, enquanto multiplicam os lucros do sistema financeiro”.

“Contra este roubo e esta canalhice das Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) e Companhias Seguradoras”, “com forte presença do capital norte-americano”, Riesco propõe que seu país ponha fim ao flagrante parasitismo.

As AFP estão ficando com o dinheiro de um imposto que os trabalhadores são obrigados a pagar, mas que vão parar nestes fundos. Destes valores, os quais deveriam servir para pagar boas aposentadorias, dois terços são apropriados pelos donos deste sistema especulativo de capitalização.

Destaca que o Chile deve servir de alerta como descaminho, “porque todos os países que adotaram um sistema parecido, o fizeram por pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)”. “Imaginem a irracionalidade fiscal, imaginem o tamanho a confusão em que o Brasil está se metendo”, adverte.

FELIPE BIANCHI (Barão de Itararé) e LEONARDO WEXELL SEVERO (Hora do Povo)\*

O senhor esteve reunido recentemente com uma Comissão da Câmara dos Deputados do Chile para expor a necessidade do fim do regime de capitalização, o mesmo que o ministro Paulo Guedes aponta como referência. Qual é a situação atual?

Defendemos que é preciso acabar com a chamada “capitalização individual”, que consiste no abuso de desviar, para todo o sempre, parte dos salários aos mercados financeiros. É uma lógica inaceitável. Não há razão para perpetuar esse regime em que um punhado de grandes grupos econômicos se deleita, enquanto mantêm os aposentados com pensões miseráveis, violando o dever de cada geração de sustentar os mais velhos com dignidade. Estão agindo para que voltemos aos tempos em que os esquimós, ao envelhecerem, abandonavam a família, por se acharem um peso, e iam morrer a sós. Acabar com isso é uma condição essencial para que o nosso povo recupere a confiança nas instituições democráticas, em tempos perigosos. [Nos últimos anos houve uma multiplicação significativa de casos de suicídio de idosos no Chile, com casais deixando cartas em que denunciam o agravamento da situação econômica, à qual responsabilizam pela drástica decisão].

Para que os brasileiros tenham uma ideia do montante que estamos falando, quanto embolsam os donos deste esquema montado pelos “Chicago boys” e imposto, em 1981, pela ditadura de Pinochet?

Em moeda corrente de dezembro do ano passado, o sistema das Administradoras dos Fundos de Pensão (AFP) arrecadou uma média mensal de 598 bilhões de pesos (881,4 milhões de dólares), dos quais destinou apenas 32% ou 190 bilhões de pesos (280 milhões de dólares) para o pagamento das pensões autofinanciadas através de poupança.

Este sistema embolsou 27%, equivalente a 159 bilhões de pesos (234,3 milhões de dólares) por meio de comissões cobradas pelas AFP e prêmios líquidos das Companhias de Seguros. Além disso, transferiu 42%, ou seja, 259 bilhões de pesos (381,7 milhões de dólares) para um Fundo de Pensões; que está sendo guardado pelos especuladores para, hipoteticamente, pagar as aposentadorias futuras.

“Porque todos os países que adotaram um sistema parecido com o chileno o fizeram por pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)”

Isso quer dizer que o que vai para o aposentado acaba sendo menos de um terço do total cobrado dos trabalhadores, mês a mês.

O fato é que esse dinheiro, há quase quatro décadas, vem sendo expropriado, tomado pelo mercado financeiro. Na realidade, não vai para o mercado financeiro em geral, mas para um punhado de seis grandes grupos econômicos que ficam com 80% do dinheiro arrecadado com as contribuições.

\*O Coletivo de Comunicação Colaborativa ComunicaSul esteve no Chile recentemente, com os seguintes apoios: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Diálogos do Sul, Federação Única dos Petroleiros (FUP), Jornal Hora do Povo, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, CUT Chile e Sindicato Nacional dos Carteiros do Chile (Sinacar). A reprodução é livre, desde que citados os autores e apoios.

Leia entrevita na íntegra no link: <https://horadopovo.org.br/sistema-de-capitalizacao-a>

# Por que a Bolívia cresce há 13 anos aumentando emprego e renda?



Informe revela que país lidera em crescimento econômico na América do Sul

AFP



Saba Arar, de 14 meses, foi morta no bombardeio israelense a Gaza

## Israel responde com chacina em Gaza aos foguetes do Hamas

Intenso bombardeio israelense neste final de semana, com 320 alvos na Faixa de Gaza atingiu 310 prédios residenciais, incluindo dois edifícios, portos de pesca, prédios de duas universidades, uma mesquita, várias escolas, três agências de notícias e três ambulâncias.

O bombardeio foi em retaliação a uma saraivada de foguetes desde a Faixa de Gaza, contra a região sul de Israel lançados de forma provocativa pelo Hamas.

Nesta segunda-feira, teve início um cessar-fogo após perdas com 4 israelenses e 27 palestinos mortos, além de dezenas de feridos do lado israelense e mais de 150 feridos entre os moradores de Gaza.

Entre as vítimas palestinas, há um bebê de 14 meses, Saba Mahmoud Arar e uma mulher grávida, Falasten Saleh Abu Arar, que morreu junto com sua criança.

As organizações palestinas do Hamas e Jihad Islâmico dispararam entre o sábado e o domingo 600 foguetes, atingindo casas e um jardim de infância do lado israelense. Mais danos entre civis israelenses foram evitados graças a um sistema de abrigos: centenas de milhares de israelenses conseguiram se preservar no interior destas proteções, durante este final de semana.

Dirigentes da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e da Organização de Libertação da Palestina (OLP) expediram comunicados condenando o bombardeio israelense. O primeiro-ministro palestino, Mohammad Shtayyeh, instou a ONU a intervir para “garantir que Israel pare com mais este massacre na Faixa de Gaza sob cerco e bloqueio”.

Para o premiê palestino, “a Comunidade Internacional não pode permanecer silente diante dos crimes da ocupação israelense contra os palestinos. Nós não aceitamos a adoção de uma posição neutra colocando no mesmo patamar o perpetrador e a vítima”.

O presidente palestino, Mahmud Abbas fez intensos

contatos, com um amplo leque de dirigentes, durante os dois dias de embates, para contribuir para um cessar-fogo. Ele agradeceu a participação do governo do Egito nas mediações que levaram a uma suspensão das hostilidades.

Ao tempo em que se solidarizou com os palestinos de Gaza por suas perdas, a ANP destacou a “importância do fortalecimento da unidade nacional palestina de forma a confrontarmos o massacre em Gaza e os crimes da ocupação israelense contra o conjunto da nação s palestina”.

O ataque do Hamas e do Jihad foi realizado em meio a um bloqueio que empobrece a população, privada de condições básicas de sobrevivência (água potável inacessível para grande parte da população de dois milhões de habitantes da Faixa de Gaza, parca alimentação, bloqueio de material de construção tornando extremamente lenta a recuperação de prédios danificados em três grandes ataques e inúmeros bombardeios, bloqueio à entrada de combustível para alimentar as termelétricas deixando os palestinos que vivem sujeitos a apagões constantes e um dos percentuais mais elevados do mundo em termos de desempregados, 52% em 2018, enquanto a taxa era de 44% em 2017).

### AGRESSÃO ISRAELENSE

Além disso, desde 30 de março de 2018 até agora, foram mortos 270 palestinos, participantes da Grande Marcha do Retorno, sob balas israelenses. Essa marcha consiste em atos próximos à fronteira de Gaza com Israel realizados toda semana, em protesto contra o bloqueio a Gaza e a transferência da embaixada dos Estados Unidos para a Jerusalém, cujo setor árabe está sob ocupação há mais de 50 anos.

Mesmo nestas circunstâncias adversas e com clareza do caráter opressor e usurpador da ocupação israelense, não se justifica o intermitente lançamento de foguetes, desta vez 600 em dois dias, contra alvos civis, contra regiões residenciais israelenses. Tal ação, além de levar a insuportáveis

danos à vida dos palestinos, sob governo do Hamas, como resultado das retaliações israelenses que multiplica o dano que a facção palestina consegue infligir, facilita a ideologia de incitamento anti-árabe que ajuda a direita israelense a se manter no poder, permitindo que a política de hostilidade contra os palestinos em geral siga a carga total (demolição de casas palestinas, usurpação de terras, prisões em massa, humilhação de multidões palestinas nas centenas de postos de controle espalhados na Cisjordânia, e maus tratos nas prisões e nos interrogatórios levados a cabo pelas forças da ocupação).

### ATROPELO À UNIDADE

O mais grave é que a linha de ação do Hamas e do Jihad, além de não estar em consonância com a unidade com a da Autoridade Nacional Palestina pela conquista de seus direitos nacionais, amplamente reconhecidos, inclusive pela imensa maioria dos membros da ONU, se mostra em aberta contradição com a formulada e colocada em ação pela ANP.

Uma estratégia, debatida amplamente em diversos congressos palestinos, muito mais capaz de isolar o regime israelense, em particular sua direita e que consiste em uma ampla ofensiva diplomática respaldada em ações constantes de massa contra a usurpação de terras, demolição de casas e destruição de fontes de água e estradas, a exemplo dos atos realizados semanalmente nas aldeia de Bil’in, Nil’in, Susiya, Beit Umar, Silwan, Sheikh Jarra, Nabi Saleh (aldeia da jovem Ahd Tamimi, que ficou mundialmente famosa ao resistir à entrada de soldados da ocupação em sua residência); ações para as quais os palestinos têm crescentemente contado com o apoio de judeus em Israel e fora dele, além de ativistas das mais diversas origens em todo o mundo. Atividades que deixam à mostra a verdadeira característica indefensável do regime israelense de apartheid.

“Memória da Economia Boliviana 2018” do Ministério da Economia traz elementos que demonstram o sucesso do modelo desenvolvimentista com base no fortalecimento do mercado interno

Recém-lançada pelo Ministério de Economia e Finanças Públicas, a “Memória da Economia Boliviana 2018” com dados e cifras concretas, mostra um país com estabilidade e crescimento econômico sustentado, apesar de um contexto de elevada incerteza, desaceleração das principais economias regionais e deterioração das perspectivas econômicas da maioria dos países da região.

O informe confirmou a Bolívia como líder em crescimento econômico da América do Sul com 4,2% de aumento do PIB. “A boa notícia é que em 6 dos últimos 10 anos a Bolívia teve o melhor desempenho econômico da região”, ressaltou o vice-ministro, Jaime Durán, encarregado de fazer o anúncio.

A indústria manufatureira e a produção agropecuária foram os setores que tiveram maior incidência na expansão da economia. E a demanda interna continuou impulsionando o crescimento, especialmente pelo desempenho do consumo das famílias e do investimento público e privado.

A taxa de desemprego diminuiu em 2018, chegando a 4,3%. E foi reafirmada a política salarial, com aumentos de 3%, o dobro da taxa de inflação, que encerrou o ano em 1,5%. O salário mínimo chegou a Bs2.060 (R\$ 1.174), 4,7 vezes o valor de 2005, antes de Evo chegar à presidência, há 13 anos, portanto.

### REDUÇÃO DA POBREZA

Os avanços no setor social continuaram em 2018, refletindo-se na melhoria das condições de vida da população. A pobreza extrema continuou contraindo-se, ficando em 15,2%, com o que soma uma redução de 23,0 pontos percentuais em relação ao nível de 2005 (38,2%), o maior avanço obtido na região sul-americana.

Da mesma forma continuaram avançando os programas sociais, como os bônus Juancito Pinto – que

## Agressão perpetrada pela Otan no Leste europeu

Alertando que a Otan, viu a “agressão contra a Iugoslávia como uma guerra de porta aberta, para cercar e buscar a desestabilização da Rússia e China, o que foi seguido por posteriores ações, a exemplo do golpe fascista da Ucrânia”. Klaus Hartman, diretor do Comitê Internacional Slobodan Milosevic, apresentou sua contribuição à Conferência Internacional por Paz e Progresso ao Invs de Guerra e Pobreza”, realizada em Belgrado nos dias 22 e 23 de março de 2019. Seguem-se trechos do trabalho de Hartman denominado “20 anos de destruição da coexistência baseada nas normas internacionais”

### KLAUS HARTMAN

“Em todas as ocasiões, a União Europeia (UE) declara que é a guardadora da paz na Europa, que tem assegurado muitas décadas de paz no continente.

Dai se conclui que os miseravelmente faltam à UE conhecimentos básicos de geografia, porque a Iugoslávia estava sem sombra de dúvida na Europa; ou esta “união” sofre de demência em estado avançado.

Provavelmente, ambas as suposições estão erradas; o que eles querem é apenas fazer com que o povo esqueça o escândalo, a desilusão. A grande maioria dos países membros da Otan, que participaram da agressão à Iugoslávia eram membros da

reduziu o abandono escolar para 1,68% no ensino fundamental e para 4,4% no ensino médio -, o Juana Azurduy – que garante o direito à saúde das gestantes e de seus filhos, com atenção médica integral ao longo de todo o período de gestação e pós-natal, e a Renda Dignidade – paga aos aposentados com mais de 60 anos, favorecendo os estratos mais vulneráveis da população.

### INDUSTRIALIZAÇÃO

Como resultado do Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo, vêm sendo fortalecidas as políticas de industrialização e outras medidas setoriais, com a introdução da amônia e ureia, cloreto de potássio e álcool anidro à indústria; além do estímulo que dinamiza a demanda interna e o positivo comportamento do setor agrícola, contribuindo com crescimento da indústria nacional de alimentos.

As Reservas Internacionais Líquidas atingiram US\$ 8,946 bilhões, mantendo-se em níveis elevados e que em relação às dimensões da economia chegam a 22,0%, acima dos parâmetros internacionais e a maior proporção na região sul-americana.

A poupança está em US\$ 27,121 bilhões, um aumento de 4,5% em relação a 2017. Por sua parte, os créditos chegaram a US\$ 24,871 bilhões, 12,2% acima da cifra do ano anterior, impulsionados pelos créditos produtivos e de moradia de interesse social, no marco da Lei de Serviços Financeiros.

O modelo desenvolvimentista, aplicado no país desde 2006, pelo goveno Evo Morales, comprovou, com resultados positivos, que, junto com o investimento no mercado interno são fatores decisivos e que permitiram ao país enfrentar com sucesso um entorno externo desfavorável, sustentar as conquistas sociais e caminhar para a ruptura com a dependência.

União Europeia. Enquanto a integração como membro da Otan está fora de questão para a vasta maioria da população da Sérvia, a questão das relações da Sérvia com a União Europeia parece que não foi respondida com suficiente clareza. E por isso que eu gostaria de tornar claro que, em termos militares, a União Europeia não é fundamentalmente diferente da Otan.

Para se tornar membro da União Europeia, a Sérvia teria primeiramente que admitir a rendição de suas províncias do Kosovo e de Metohija. A Sérvia perderia sua soberania em determinar o seu próprio orçamento nacional, que assim deixaria de ser decidido em Belgrado, para que a decisão passasse a ser tomada em Bruxelas.

Da mesma forma, sua independência nacional, sua soberania em termos do direito a busca de sua própria política externa seria perdida. Como membro da União Europeia, teria que se submeter a aceitar as sanções impostas à Síria, assim como à Rússia.

Além disso, deve ficar alerta a população sérvia, de que a associação à União Europeia também significa a obrigação de “integração militar” à UE. E isso sob o comando da Otan.

Leia a matéria em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)



## “Iniciativa Chinesa” reúne em Pequim líderes de 37 países

“A iniciativa do Cinturão e Rota começou na China, mas suas oportunidades e resultados são compartilhados em todo mundo. É um projeto de longo prazo, uma causa justa para todos os parceiros”, afirmou o presidente chinês Xi Jinping no II Fórum da ‘nova Rota da Seda’, que reuniu em Pequim líderes de 37 países e 150 delegações estrangeiras de 25 a 27 de abril.

O I Fórum aconteceu há dois anos, e os participantes querem o evento passe a ocorrer regularmente. Inspirada na Rota da Seda da Antiguidade, que criou intercâmbio entre as civilizações na Ásia, Europa e África há dois mil anos, a chamada Iniciativa Cinturão e Estrada (BRI, na sigla em inglês) se tornou um símbolo de um mundo multilateral e de desenvolvimento compartilhado.

Ou, como os chineses gostam de dizer, “cooperação ganha-ganha”. O projeto inclui redes digitais de alta velocidade, portos, estradas, ferrovias de alta velocidade e redes de gasoduto, a que se somarão centros de distribuição e parques industriais.

Os acordos assinados nos três dias do II Fórum chegaram a US\$ 64 bilhões, mas o projeto, pensado para 40 anos, é o maior plano de infraestrutura já lançado no planeta, várias vezes maior do que o famoso Plano Marshall (em dólares atualizados), tido como responsável por reerguer a economia europeia no pós-guerra. Nos últimos cinco anos, os investimentos, segundo o jornal chinês Global Times, chegaram a US\$ 460 bilhões.

Entre os presentes, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, o presidente russo Vladimir Putin, o primeiro-ministro italiano Giuseppe Conte, o presidente suíço Ueli Maurer, o presidente português Marcelo Rebelo de Sousa, o presidente sérvio Aleksandar Vucic, o primeiro-ministro paquistanês Imran Khan, o presidente chileno Sebastian Pinera, o primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed Ali, o presidente egípcio Abdel Fattah al Sisi, o primeiro-ministro de Singapura Lee Hsien Loong e a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde. 90 organizações internacionais também participaram.

Os EUA e alguns satélites seguem hostilizando a BRI, enquanto Berlim e Paris discutem um posicionamento conjunto dos europeus sobre o projeto. Países como Itália, Portugal, Hungria, Grécia e Sérvia já participam.

Embora a implementação propriamente dita deva começar em 2021, uma série de importantes obras na Ásia e na África começam a mostrar seus frutos. A Índia ainda não aderiu – em parte porque uma das rotas da BRI – o Corredor Econômico do Paquistão – passa pela contestada Caxemira.

Em sua abordagem o presidente Xi assinalou que o projeto da Nova Rota da Seda precisa estar embasado “na sustentabilidade da dívida, no crescimento com proteção ambiental e na tolerância zero à corrupção”.

Xi acrescentou que o plano adotará “regras e padrões amplamente aceitos” no mundo inteiro, que serão cobrados das empresas participantes, da licitação ao desenvolvimento e operação.

“As leis dos países participantes devem ser respeitadas e temos a necessidade de assegurar a sustentabilidade comercial e fiscal de todos os projetos”, assinalou o presidente chinês.

Uma resposta à pressão do regime Trump, que acusa Pequim de estar montando uma ‘armadilha de dívida’ para os países que aderem à iniciativa.

O que é o cúmulo do cinismo, partindo de um país cujos bancos extorquiram o planeta inteiro e causaram a década perdida da crise da dívida nos anos 1980 e, em 2008, desencadearam com sua ganância e incúria o crash que abalou o mundo.

Xi também cobrou das empresas chinesas que sejam rigorosas na aprovação de projetos, que devem atender “os interesses da população local”.

Leia matéria completa em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Boeing retirou o ‘alerta de segurança’ do 737 Max para vendê-lo como ‘item opcional’

O CEO da Boeing, Dennis Muilenburg, abandonou abruptamente a coletiva de imprensa que era parte da convenção anual dos acionistas da corporação na segunda-feira (29) em Chicago, ao ser perguntado por um repórter: “Trezentas e quarenta e seis pessoas morreram. Você pode responder algumas perguntas sobre isso?”

Na véspera, o Wall Street Journal publicara que a Boeing teria desativado uma função de segurança padrão no Boeing 737 Max sem avisar as companhias aéreas, exatamente a que informava aos pilotos sobre possíveis defeitos nos sensores – o que se acredita foi o que aconteceu na queda do voo 610 da Lion Air, na Indonésia, em outubro do ano passado, e do voo 302 da Ethiopian Airlines, em março.

Nos dois casos, minutos após a decolagem, com desesperadas tentativas dos pilotos de recobram o controle sobre os aviões, que eram novinhos em folha. Grande apostista da Boeing, o novíssimo 737 Max respondeu por 30% dos lucros da corporação no ano passado, que cresceram 24%, para US\$ 10,5 bilhões, e vinha sendo o avião mais vendido da gigante aeroespacial.

A ordem de mantê-lo no solo em vigor no mundo inteiro desde 13 de março já custou US\$ 1 bilhão em provisão, além da suspensão ou cancelamento de encomendas e da redução do

ritmo de produção.

Como revelou o WSJ, o sistema de alerta foi desativado pela Boeing e só era habilitado no 737 Max com pagamento adicional, como uma opção de segurança a mais.

A FAA – órgão regulador de aviação dos EUA – e a Southwest Airlines, uma das afetadas, só souberam da alteração um ano depois que o 737 Max entrara em serviço – e quando o primeiro acidente já havia ocorrido.

Ainda segundo o WSJ, só então a Boeing solicitou a reativação do sistema de alerta – o que não ocorreu.

De acordo com a publicação, as autoridades da FAA e do setor aéreo insistem que entender o motivo para o desligamento dos alertas é central para esclarecer os problemas de segurança do modelo.

Só em março, após o segundo acidente, a Boeing teria atualizado o software defeituoso e os procedimentos para pilotar o avião. Mas a Reuters registrou que a associação que representa os pilotos da American Airlines informou à FAA que considerava “insuficientes” os remendos providos pela Boeing.

Veio também à tona que a FAA chegou a discutir com a Southwest Airlines o aterramento dos jatos 737 Max em dezembro passado, depois de descobrirem que o alerta de desacordo do havia desaparecido.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# UE: ‘vamos defender da Helms-Burton as empresas que atuam em Cuba’



Federica Mogherini, responsável pela diplomacia da União Europeia

## Julian Assange: “eu não vou me render à extradição por fazer jornalismo premiado”

“Não vou me render à extradição por fazer jornalismo que ganhou muitos, muitos prêmios e protegeu muitas pessoas”, afirmou o jornalista e fundador do WikiLeaks, Julian Assange, a um tribunal inglês, por videoconferência, desde o presídio de segurança máxima em que foi jogado depois de arrancado à força da embaixada do Equador.

Na quinta-feira (2) na porta da corte de Westminster, manifestantes repudiaram a perseguição ao jornalista e exigiram que não seja extraditado.

A ativa resposta de Assange foi decorrência da pergunta, feita pelo tribunal-farsa, se ele aceitava a extradição. Agora, haverá duas novas audiências sobre a questão, uma no dia 30 de maio, e outra no dia 12 de junho.

A audiência foi realizada no dia seguinte a que o jornalista foi sentenciado a quase um ano de detenção por ter pedido asilo, uma pena infame e que evidencia todo o servilismo britânico em relação a Washington.

Protesto em Londres: ‘EUA, não se meta com Assange!’ – Frank Augstein/AP

Falando a repórteres logo após a condenação de Assange por “violação de fiança”, o atual editor-chefe do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, advertiu que o processo de extradição de Assange é “vida e morte” para ele e para o próprio jornalismo.

Hrafnsson assinalou que a desmedida sentença causou “choque e indignação” e “não aumenta nossa fé no sistema judicial do Reino Unido”. A “batalha real” – acrescentou –, no entanto, ainda está à frente: as audiências de extradição.

Como apontou o editor do WikiLeaks, a audiência desta quinta-feira é “o primeiro passo em uma longa batalha, então a luta certamente continuará”. Como sempre afirmamos – acrescentou – “esta é principalmente a luta pela liberdade de imprensa”.

“Essa é uma verdadeira batalha, não é só para Julian Assange – embora para ele seja uma questão de vida ou morte – é certamente uma questão determinante [sobre] um importante princípio jornalístico”, enfatizou Hrafnsson.

“Se a extradição for bem-sucedida, estabelecerá um precedente muito perigoso e, depois disso, nenhum jornalista estaria seguro”, ressaltou.

Para facilitar a farsa judicial contra Assange e a aprovação do pedido de extradição, por enquanto o jornalista está sendo acusado de supostamente ter tentado ajudar o denunciante Chelsea Manning a quebrar uma senha para desvendar os arquivos dos malfeitos do Departamento de Estado, o que implicaria em uma pena no máximo de cinco anos.

No entanto, o processo



Manifestantes protestam em frente ao tribunal de Westminster em Londres contra extradição de Assange

secreto vem sendo tocado há anos e a avaliação geral é de que haverá novas acusações, inclusive de “espionagem”, colocando-o sob risco de condenação à morte ou prisão perpétua. Foi o governo Obama que desencavou uma lei do início do século passado, sem uso, para perseguir jornalistas e denunciantes por ‘espionagem’.

O que está ocorrendo neste momento já vinha sendo denunciado há anos pelo WikiLeaks e por numerosas personalidades: que existia um processo secreto contra o jornalista e que Washington queria a todo custo a extradição de Assange por ter exposto, junto com os maiores jornais do mundo, os crimes de guerra dos EUA no Iraque e no Afeganistão, bem como a indecorosa interferência do Departamento de Estado nos assuntos internos de outros países.

Hrafnsson, editor do WikiLeaks e a advogada Jennifer Robinson (ambos ao centro) falam a repórteres em Londres no 1º de Maio – H. Nicholls/Reuters

Assim, junto com a prisão de Assange dentro da embaixada – havia sido entregue pelo regime de Moreno – veio a revelação que, além da desculpa esfarrapada da ‘violação de fiança’, havia o pedido de extradição vindo de Washington. Poucos dias antes da prisão de Assange, Manning foi preso por se negar a mentir para incriminar o jornalista.

Como Assange afirmou à corte, o que o WikiLeaks fez foi jornalismo muito, muito premiado – e acompanhado pelos principais jornais do mundo – ao revelar e divulgar as atrocidades cometidas na invasão do Iraque e do Afeganistão, com a publicação de numerosos

arquivos e o famoso vídeo do “Assassinato Colateral”, o do massacre de civis, dois jornalistas da Reuters incluídos, por um helicóptero Apache, operando sob instruções do comando operacional.

O ódio do establishment contra o jornalista era tamanho, que a então secretária de Estado, Hillary Clinton, chegou a sugerir silenciá-lo “com um drone”.

Vitorioso Trump, o então diretor da CIA, Mike Pompeo, chamou o WikiLeaks de “agência de inteligência hostil não-estatal” e disse que não estaria coberta pela Primeira Emenda da constituição norte-americana, a que assegura a liberdade de expressão.

Quando da condenação de Manning a 35 anos de prisão, depois de quase um ano sob confinamento em solitária e tortura, o respeitado Centro pelos Direitos Constitucionais (CCR, na sigla em inglês) chamara o julgamento de “ataque frontal” à Primeira Emenda.

“É uma paródia da Justiça que o fato de que Manning – que ajudou a trazer à tona a criminalidade das forças dos EUA no Iraque e Afeganistão – esteja sendo punido, enquanto os autores dos crimes que ele expôs não são sequer investigados”.

O CCR disse ainda sentir medo “pelo futuro deste país na sequência deste caso”. O que foi dito sobre a condenação de Manning, agora se repete em relação a Assange, numa proporção maior.

Se o criminoso establishment de Washington puder a seu bel prazer sequestrar jornalistas que exponham os crimes do império, ainda mais, jornalistas estrangeiros, e por denúncias divulgadas desde outros países, não vai haver limite para a censura que Pentágono e CIA tentam impor.

“A União Europeia considera que a aplicação extraterritorial [lei Helms-Burton] de medidas restritivas unilaterais é contrária ao direito internacional”, afirmou a chanceler Mogherini

Com a entrada em vigor no dia 2 da reativação plena da famigerada Lei Helms-Burton pelo governo Trump, a União Europeia voltou a advertir Washington de que vai defender suas empresas que operam em Cuba através de “todas as medidas apropriadas” – incluindo o recurso à Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao Estatuto de Bloqueio.

“A UE considera que a aplicação extraterritorial de medidas restritivas unilaterais é contrária ao direito internacional”, afirmou em comunicado Federica Mogherini, Alta Comissária de Relações Exteriores da União Europeia.

De acordo com os títulos III e IV da Helms-Burton, empresas europeias que operam em Cuba propriedades nacionalizadas e que tenham propriedades nos EUA podem ser processadas em qualquer tribunal norte-americano para ressarcimento, e gerentes e familiares dessas empresas podem ter vistos de entrada nos EUA negados.

Mogherini ressaltou que essa decisão do governo Trump vai causar “atrito desnecessário” entre Washington e a UE, podendo surgir “milhares de processos judiciais”, minando a “confiança e previsibilidade” da parceria transatlântica.

A Helms-Burton foi aprovada em 1996, quando Cuba estava sob o “período especial”, com a pretensão de ser o golpe final para a queda do socialismo, mas acabou tendo seus títulos III e IV suspensos após negociações entre europeus e Washington entre 1997 e 1998, o que foi mantido por sucessivos governos democratas e republicanos, até a ascensão de Trump.

A Helms-Burton permite que cidadãos norte-americanos ou cubano-americanos possam processar em tribunais norte-americanos, conforme uma lei norte-americana, as empresas europeias que mantêm negócios com Cuba, sendo que um dos principais setores afetados é o de turismo, em que cadeias internacionais operam hotéis nacionalizados.

### “NÃO DETERÁ”

Como registrou o presidente cubano Miguel Díaz-Canel Bermúdez, o propósito da Helms-Burton é “asfixiar economicamente e impossibilitar o desenvolvimento econômico de Cuba, atacar a soberania de terceiros países, e destruir a Revolução Cubana”.

Sua aplicação, afirmou, “não deterá a marcha dos cubanos”. Segundo o embaixador da UE em Cuba, Alberto Navarro, “os EUA podem fazer a legislação que quiserem e aplicá-la em seu território, mas o que não podem fazer é fingir aplicá-la a outros países”.

Cuba negociou com outros países indenização das propriedades nacionalizadas pela Revolução, e apenas os EUA se recusaram terminantemente a qualquer acordo, para manter um pretexto a mais para o bloqueio.

A própria nacionalização de empresas foi a resposta, por parte do governo revolucionário cubano, à medida tomada pelo governo Kennedy em julho de 1960 para asfixiar economicamente Cuba, suprimindo a cota de importação de açúcar cubano [praticamente a única fonte de divisas da Ilha] e decretando o embargo do petróleo. Há 27 anos consecutivos, por quase unanimidade, o bloqueio econômico dos EUA a Cuba tem sido condenado pela Assembleia Geral da ONU.

### CHUMBO TROCADO

A Comissão Europeia já tinha enviado no mês passado carta ao secretário de Estado, Mike Pompeo, advertindo que a questão seria levada à OMC e que a mesma torrente de processos que pode ocorrer nos EUA em relação a empresas europeias poderia se repetir,

do outro lado do Atlântico, em relação a empresas norte-americanas com bens em solo europeu, como parte do mecanismo existente de defesa das empresas europeias.

Para o chanceler espanhol, Josep Borrell, os tribunais da OMC se verão perante “uma fase de extrema atividade litigiosa”. Um dos alvos centrais da Helms-Burton no momento atual são os hotéis geridos por redes espanholas.

O estatuto europeu de bloqueio de sanções – recentemente atualizado em decorrência das sanções de Trump ao Irã – proíbe que residentes e empresas da UE cumpram legislação extraterritorial, a menos que sejam autorizados pela Comissão Europeia.

Determina, ainda, que as empresas europeias possam, de forma recíproca, reivindicar indenização por danos resultantes dessas regulamentações de terceiros países.

A UE anunciou, ainda, que continuará a trabalhar com outros parceiros internacionais que também “expressaram sua preocupação” com a aplicação extraterritorial de uma lei norte-americana, como é o caso do Canadá.

### LITTLE HAVANA

Em Little Havana, há euforia na máfia anticubana, com o chefe do Diretório Democrático Cubano, Nick Gutiérrez, anunciando ao El País “processos contra empresas espanholas nos próximos meses”, começando pela Meliá, que gerencia hotéis em Cuba.

A ideia dos gusanos é extorquir os empresários europeus.

“Nem Gabriel Escarrer [presidente da Meliá] nem qualquer empresário espanhol quer estar em uma lista com traficantes de drogas, terroristas. Tecnicamente, o que fariam é obter o consentimento do proprietário para operar lá. Os queixosos não podem devolver ou recuperar as propriedades em Cuba, como esperamos fazer um dia”, explicou Nick.

“Em essência, seria que eles nos pagam pelo uso da propriedade, enquanto nós não podemos usá-la, e assim evitar o risco de ações judiciais ou a revogação de vistos”. “Uma quantia de dinheiro em troca de uma autorização”, sintetizou candidamente o gusano.

Porta-voz da rede Meliá emitiu declaração afirmando que não possui propriedades em Cuba que “poderiam estar sujeitas a potencial reivindicação” e que seu papel é de “meros gerentes de hotel”. O El País também relata como outros gusanos querem nada menos que reaver o porto de Havana.

A investida de Trump contra Cuba não se deve exclusivamente à bronca contra a solidariedade de Havana à Venezuela, tendo também como componente alistar a máfia cubano-americana na campanha de reeleição do bilionário no próximo ano, em que um dos estados em disputa será a Flórida.

Simpósio em Havana sobre a Helms-Burton na sexta-feira (3) reuniu juristas cubanos, o ex-presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, e a diplomata Johana Tablada. O professor Rodolfo Dávalos deixou claro que as nacionalizações se realizaram sob amparo da lei cubana. “O que é ilegal”, destacou, “é uma lei extraterritorial como a Helms-Burton”.

Alarcón afirmou que Cuba “é um país livre e soberano e nenhuma nação estrangeira tem direito de ditar leis contra Cuba”. Como assinalou, na realidade o bloqueio começou no dia de vitória, 1º de janeiro de 1959. Ele também se referiu aos ladrões que levaram o dinheiro da república em 1959. A.P.

Leia a matéria completa em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)



A mentira não se transforma em verdade,  
mesmo que a repetição seja infinita

*Continua na próxima edição*